

Emendas propõem mais recursos para educação no orçamento do governo

por Thais Bastos
de Brasília

Cerca de 250 emendas propõem alterações, para mais, nos recursos destinados à educação no projeto de orçamento geral da União para 1989. Segundo informações do relator de área de educação na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador João Calmon (PMDB/ES), a grande maioria destas emendas sugerem transferências de parte dos CZ\$ 150 bilhões alocados no orçamento da União como reserva de contingência, enquanto outras propõem sejam diminuídos os recursos destinados aos ministérios militares — canalizados os projetos de construção do AMX, submarino atômico, ou energia nuclear — e engordada a verba do Ministério da Educação, fixada em CZ\$ 666,6 bilhões (em valores de junho).

O ponto mais polêmico de seu relatório, no entanto, conforme prevê o próprio senador, será a acomodação dos recursos entre o ensino de 1º, 2º e 3º graus de forma a obedecer ao artigo 60 das disposições transitórias. Ele determina que nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público — federal, estadual e municipal, como entende o senador — aplicará pelo menos 50% dos recursos destinados à educação para universalizar o ensino de 1º grau e eliminar o analfabetismo do País.

Atualmente, 71% (segundo dados obtidos pelo senador junto à Seplan e Ipea) dos recursos destinados ao Ministério da Educação são alocados no ensino superior, percentual que cresce para 80% de acordo com os dados fornecidos pelo MEC. "Não será tarefa fácil", admite Calmon, revelando que muitas emendas foram encaminhadas à comissão pedindo aumento de verbas para as

universidades. "As associações de docentes e reitores das universidades têm acompanhado de perto nosso trabalho enquanto nenhuma visita me foi feita por qualquer entidade representativa dos ensinos de 1º e 2º graus", afirma o senador, perplexo diante do que considera "completa desarticulação" desses setores.

O senador prevê problemas, também, na fiscalização do cumprimento do artigo 212 da nova Constituição que impõe a aplicação na educação de 18% no mínimo das receitas tributárias da União e de 25% das receitas (impostos e transferências) dos estados e municípios.

O limite mínimo imposto ao governo federal é "rigorosamente" cumprido, segundo ele, no orçamento para o ano que vem, como aliás desde 1986 (quando este teto estava fixado em 13%). Quanto à aplicação dos estados e municípios (para a qual foram mantidos os 25% introduzidos em 83 pela emenda João Calmon), o senador acredita que não é respeitado pela grande maioria. "Ninguém no governo ou no Judiciário tem idéia do montante destas aplicações, eu procuro por estes números há cinco anos", diz.

Os únicos dados de que dispõe, extra-oficiais, indicam que o Estado de São Paulo talvez aloque 29% de suas receitas na educação, incluindo a manutenção de três universidades estaduais, e ainda assim, afirma o senador, o estado conta com 66% de suas crianças sem o 1º grau. O Espírito Santo, onde nasceu, não destinou mais que 15% de seus recursos previstos para 1989 na educação, afirma Calmon.

O senador acredita que sem a adoção de mecanismos eficientes de fiscalização, as conquistas para educação trazidas pela nova Constituição serão anuladas.